

“EXPURGAR OS COMUNISTAS”: O APOIO POLÍTICO DO MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE (ES) AO GOLPE DE 1964

Herbert Soares Caçador*

Resumo: O anticomunismo chegou a Muniz Freire (ES) e teve grande acolhida da população local na década de 60. Com o golpe de 1964, o sentimento anticomunista explodiu no município. Saudando o golpe como o movimento que livraria o país dos comunistas, o prefeito e os vereadores municipais aprovaram efusivos manifestos de apoio aos militares golpistas. Assim, este trabalho problematiza as movimentações políticas ocorridas no município na primeira metade da década de 60 e a influência do discurso anticomunista na sociedade.

Palavras-chave: Anticomunismo – Golpe Civil-Militar – Muniz Freire

Abstract: The anticommunism arrived to Muniz Freire (ES) and had great hospitality of the local population in the 60's. With the coup of 1964, the anticommunist sentiment exploded in the city. Welcoming the blow as the movement that rid the country of communists, the mayor and city councilors approved effusive manifestos of support for the military coup. Thus, this work discusses the political movements that occurred in the city in the first half of the 60s and the influence of anticommunist speech in society.

Keywords: Anticommunism – Civil-Military Coup – Muniz Freire

O acirramento da Guerra Fria, período em que Estados Unidos e União Soviética travavam uma intensa disputa ideológica e política, fortaleceu a propagação do anticomunismo na década de 60, atingindo também o pequeno município de Muniz Freire, localizado na região do Caparaó, no sul do Espírito Santo, que em 1960 tinha população estimada em 21.669 habitantes¹, até hoje o número máximo registrado no município segundo os censos realizados pelo IBGE. O reduzido crescimento da população local se deve, entre outros fatores, a dependência da monocultura do café e ao isolamento geográfico do município até o final dos anos 70, uma vez que “O maior impulso de desenvolvimento só se deu a partir da inauguração da rodovia Vitória-Belo Horizonte, BR-262, que atravessa o Norte de seu território, e a conseqüente ligação desta com a sede, que dista da capital do estado 158 Km”.²

Os muniz-freirenses, como são chamados os nascidos e os que residem no município de Muniz Freire, também foram afetados pelo discurso nacional e o clima tenso na política local que consolidaram a oposição a já demonizada ideologia comunista. O município, com grande parte da população descendente de imigrantes italianos, tem forte ligação com o catolicismo e uma vida política conflituosa desde o início da sua povoação no século XIX.

* Mestrando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), orientado pelo Professor Doutor Pedro Ernesto Fagundes. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado do Espírito Santo (FAPES). E-mail: herinter@hotmail.com.

O presente trabalho tem por objetivo problematizar as movimentações políticas ocorridas no município na primeira metade da década de 60 e a influência do discurso anticomunista disseminado pelo país afora e que teve grande acolhida na sociedade de Muniz Freire.

1962 a 1964: a disputa política em Muniz Freire

A oligarquia local, quase sempre vencedora nas disputas eleitorais no município era ligada aos políticos da família Monteiro Lindenberg, que dominou a política no Espírito Santo durante quase meio século. A proximidade era tanta que foi fundado na cidade em 26 de julho de 1958 um clube social com o nome de “Centro Cívico Senador Lindenberg”,³ em homenagem ao ex-senador e ex-governador do Estado, ambos por dois mandatos, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg.⁴ É interessante assinalar que este clube chegou a impedir a participação de negros entre seus associados. De fato, era comum ocorrer divisões nas festas de Muniz Freire, sendo que durante um tempo, os carnavais de negros e brancos ocorreram em lugares separados na cidade.⁵

O conservadorismo imperava na sociedade da época e a poderosa oligarquia local contava com o apoio do conservador padre José Bazzarella, vigário local desde 1927 e que influenciava a política do município com o objetivo de favorecer os candidatos ligados à oligarquia local e estadual.

A partir de 1962 a oligarquia dominante começou a perder força no município. O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido mais popular e que se opunha a ela, elegeu o prefeito e o vice-prefeito, impondo uma derrota inédita à oligarquia local, majoritariamente ligada ao PSD (Partido Social Democrático) e em menor escala a UDN (União Democrática Nacional), partidos mais próximos aos setores conservadores e fundamentais para a posterior deposição do então presidente João Goulart, que também pertencia ao PTB.



Muniz Freire, julho de 1960: comemoração do “Dia do Município” com a presença do governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (terceiro da direita para esquerda) ao lado de autoridades locais. Foto: Casa da Cultura de Muniz Freire.

Considerando a pequena margem de votos obtida pelos vencedores, a eleição municipal de 7 de outubro de 1962 é até hoje a mais disputada na história de Muniz Freire e demonstra a profunda divisão da sociedade. PTB, PSD e UDN mediram forças na disputa para prefeito e vice-prefeito, já que no período havia eleições separadas para ambos os cargos. O candidato a prefeito pelo PTB, Antônio Ferreira Sobrinho, numa disputa voto a voto com José Ávila e Silva (PSD), conquistou 1.365 votos contra 1.317 do pessedista, sagrando-se vencedor por apenas 48 votos. Em terceiro lugar ficou o candidato da UDN, Aristóteles Aguiar, com 789 votos.⁶

A vitória do PTB em 1962 foi a primeira do partido em sua história no município, quebrando uma sequência de dois mandatos seguidos do PSD. Além de perder a eleição para prefeito, a oligarquia local, até então imbatível, sofreu outra derrota na eleição para vice-prefeito. Rômulo Araújo (PTB) venceu Alyrio Ribeiro Soares (PSD) e João Batista Frignani (UDN), o que aumentou a rivalidade política no município.

Apesar da intensa disputa, o vereador reeleito do PTB, Walfredo Ribeiro Soares, em discurso no plenário da Câmara Municipal considerou as eleições tranquilas e pediu a união dos políticos do município:

Em seguida o V. Walfredo Ribeiro Soares pediu a palavra e manifestou sua satisfação, pois que, o pleito de 7 do corrente correu em perfeita ordem e harmonia, Deus ouviu esta Casa, congratulou com os Vereadores reeleitos, dizendo ter sido feita justiça, pois mereciam a reeleição, sempre defenderam os interesses do Município, fêz apêlo a todos para que agora após às eleições deixem de lado os partidos, as paixões políticas e trabalhem tódos juntos e unidos para o bem de nosso Município, disse ainda conhecer as intenções do Prefeito recém-eleito à respeito do desenvolvimento de nosso Município, apesar de ser uma pessoa de poucas instruções mas suas intenções são as melhores possíveis, disse ainda pretender o novo Prefeito depois de sua posse, fazer um novo levantamento na Prefeitura, para saber o que ela tem e o que possui, que todos ajudando o Prefeito estarão cooperando com o nosso Município.⁷

Nas eleições estaduais realizadas no mesmo pleito, a UDN estava coligada com o PTB disputando a eleição majoritária contra o PSD. Para o governo, Jones dos Santos Neves, da coligação PSD-PTN, venceu em Muniz Freire, mas foi derrotado na eleição geral para Francisco Lacerda de Aguiar, da coligação formada por UDN, PSP, PRP, PTB. A eleição para vice-governador foi vencida por Rubens Rangel e para o senado os vencedores foram Eurico Rezende (UDN) e Raul Giuberti (PSP), ambos da mesma coligação de Francisco Lacerda de Aguiar. Rubens Rangel e Eurico Rezende venceram também em Muniz Freire e o segundo colocado para o senado no município foi Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (PSD), que não foi eleito no pleito geral. Nas eleições de outubro de 1962 havia no município 4.524 eleitores, dos quais 4.025 votaram.⁸ O eleitorado de Muniz Freire no período, se comparado com a população, era pequeno. O baixo número de eleitores em relação ao tamanho da população é em virtude dos analfabetos não terem direito a voto. A título de comparação, segundo o censo do IBGE realizado em 1950, o município contava com 15.472 pessoas acima dos cinco anos, dos quais apenas 4.519 (29,21%) sabiam ler e escrever.⁹

Sobre o PTB a nível estadual estar coligado com a conservadora UDN, partidos rivais na política nacional, vale destacar que sobre o PTB capixaba “[...] pelo menos a sua parcela hegemônica, possuía um perfil bastante fisiológico e conservador, bem diferente da agremiação em âmbito nacional.”¹⁰

Já em 6 de janeiro 1963, foi realizado um plebiscito sobre a manutenção ou não do regime parlamentarista implantado no país no contexto da conturbada posse do presidente João Goulart em setembro de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. A maioria esmagadora da população votou pela volta do presidencialismo, que venceu com 9.457.448 votos, contra 2.073.582 para o parlamentarismo¹¹, dando indiretamente uma importante vitória ao presidente João Goulart, que finalmente teria plenos poderes para governar. Em Muniz Freire o presidencialismo também venceu com grande maioria, com um total de 2.498 votos contra o parlamentarismo e 549 a favor. Brancos e nulos somaram 384 votos.¹²

O Golpe de 1º de abril de 1964: explode o anticomunismo em Muniz Freire

O anticomunismo brasileiro manifesta-se logo após a Revolução Russa de 1917, em parte devido à retirada da Rússia da Primeira Guerra Mundial, além do temor da “[...] possibilidade de atividades revolucionárias por aqui. Afinal, havia vanguardas operárias organizadas e eventuais surtos grevistas, e o Partido Comunista foi fundado em 1922”.¹³

O anticomunismo continuou presente na sociedade brasileira nas décadas seguintes. Diversas representações foram criadas para dar ao comunismo um status totalmente negativo. Alguns fatores potencializaram o sentimento anticomunista como o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Rússia. Soma-se a isso a influência externa na formação da opinião contra o comunismo e a campanha anticomunista propagada por diversos setores da sociedade brasileira, com destaque para a Igreja Católica, partidos políticos e imprensa.

De fato, o anticomunismo no Brasil, que iria crescer na década de 60, já aparecia em períodos bem anteriores ao fim do governo de João Goulart:

Mobilizações anticomunistas faziam parte do repertório do Estado e de grupos de direita desde o início do século, mas, entre 1961–1964, elas alcançaram picos elevados, graças à combinação de fatores internos (incremento nas reivindicações e protestos sociais) e externos (Guerra Fria, revoluções no Terceiro Mundo). Na derrubada de Goulart, em 1964, as representações anticomunistas tiveram um papel-chave [...].¹⁴

Assim como em todo o país, em Muniz Freire também ocorria o mesmo em relação ao anticomunismo. Ainda em 1963, o vereador João Martins, eleito pelo PSD (também pertenceu na mesma legislatura ao PRP) pediu “votos de louvores” da Câmara Municipal a revista “Ação Democrática”, famosa por sua atuação contra o comunismo:

Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Muniz Freire. João Martins, Vereador eleito pelo PSD, abaixo assinado, requer a V. Excia., que, depois de submetido e aprovado por esta Casa, seja enviado um ofício à redação da Revista "Ação Democrática", dando a nossa irrestrita solidariedade e apresentando votos de louvores pela brilhante campanha que vem desenvolvendo contra as iniciativas comunistas em nosso tão querido Brasil.¹⁵

A citada revista era parte do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), entidade criada em 1959 para combater a disseminação do comunismo no Brasil:

Praticamente todo o conteúdo da revista se dedicava a atacar o comunismo, seja no plano externo, seja no interno. Ela trazia, principalmente, matérias apontando a "infiltração" no Brasil (sindicatos, UNE) e denúncias sobre as ações soviéticas no mundo. A intenção do grupo era chamar a atenção das classes dominantes brasileiras para o "perigo",

convencê-las da necessidade de se organizar para enfrentar um inimigo que estaria se tornando cada vez mais ameaçador.¹⁶

Com a eclosão do Golpe Civil-Militar em 1º de abril de 1964, a Câmara Municipal de Muniz Freire se apressou e na Sessão Ordinária de 6 de abril de 1964 aprovou um manifesto de apoio ao golpe. O manifesto segue a linha do que era divulgado nacionalmente, ou seja, para os vereadores de Muniz Freire, o golpe também se justificava pelo fato de livrar o país dos comunistas.

No manifesto é possível observar que os vereadores conclamaram os líderes militares a tomarem medidas enérgicas contra os “elementos comunistas” que estavam ao lado do governo constitucional do presidente João Goulart:

Ouvindo o plenário a Câmara Municipal, fica registrado moção de solidariedade aos briosos militares e aos ilustres governadores de Estados membros da Federação que, na defesa da constituição, atuaram no sentido de extirpar do poder público os elementos nitidamente com tendências comunistas, cujos elementos nocivos só traziam intranquilidade, perturbando a paz da família brasileira, aniquilando o princípio de autoridade e desagregando as Forças Armadas com o propósito de se perpetuarem no poder. [...] A Câmara Municipal de Muniz Freire, ainda, aprova mensagem aos responsáveis dirigentes que promoveram o afastamento dos comunistas do poder público, que adotem providências enérgicas no sentido de expurgar de uma vez por tôdas, todos êsses elementos comprovadamente comunista que conspiram contra o regime democrático no Brasil.¹⁷

O manifesto foi aprovado pelos vereadores José de Lima (UDN), João Martins (PSD), José Gomes da Silva (PSD), Waldemar Antônio Sgrâncio (PTB), Anestor Machado de Ávila (PTB), Aladim José de Souza (PTB) e José Gomes (PTB). Um vereador faltou à sessão e outro, Walfredo Ribeiro Soares, então líder do PTB e vice-presidente da Câmara, se posicionou contra, sendo o mesmo aprovado por sete votos favoráveis e um contrário. A aprovação do manifesto gerou discussão entre os vereadores:

O Vereador Waldemar pediu a palavra e esclareceu que tinha assinado o manifesto e defendia a brilhante atitude do Sr: Presidente (da Câmara Municipal), de ter entrado defendendo a democracia e a família brasileira, que estes comunistas covardes e bandidos precisavam ser degolados, e disse ao V. Walfredo que êle foi contra o manifesto e que achava ainda que quem cala consente, e que estes ainda continua acompanhando estes safados como Leonel Brizola e João Goulart, porque tem ideias comunistas. O Vereador Walfredo pediu a palavra e disse que o V. Waldemar tachou-o como comunista mas que êle não era comunista que votou contra por uma questão particular de ser do PTB, e amigo do Jango. Concedida a palavra ao V. João Martins, êle disse assinar e votar favoravel aquele manifesto que era defender a constituição e a família brasileira e que no Brasil há comunistas e que o Brizola é um deles.¹⁸

Já na sessão de 05 de maio de 1964, o vereador Walfredo, único contrário ao manifesto de apoio ao golpe muda de posição e pede para constar em ata um voto de solidariedade da bancada do PTB ao presidente Castelo Branco.¹⁹

O Poder Executivo também se pronunciou a respeito do golpe. Ao ser questionado por ofício pela Câmara Municipal, sobre qual seria a sua posição perante os novos acontecimentos, o prefeito municipal, Antônio Ferreira Sobrinho enviou a Câmara, no dia 14 de abril de 1964, a sua posição, onde entre outras palavras, disse:

Tenho a grata satisfação de responder o seu ofício nº 2/64 datado de 8/4/64, referente a minha posição face aos últimos acontecimentos políticos e que culminaram com a revolução vencida pelos bravos militares de nossas Forças Armadas. Pelo que tenho observado, a revolução tem rumo certo e o seu principal objetivo é: 1º Expugar o comunismo dos nossos meios. 2º Manter a democracia a qualquer preço. 3º Punir os dilapidadores dos cofres públicos. Honro-me em vos afirmar que estive estou e estarei sempre solidário e ao lado das forças que pugnam por êstes princípios e direito que é o marco da civilização brasileira [...].²⁰

As manifestações ocorridas após o Golpe em Muniz Freire parecem uma reprodução do discurso que era espalhado Brasil a fora. O horror ao comunismo e concordância da perseguição contra os que supostamente seguiam tal ideologia alcançava até o prefeito municipal, este eleito pelo PTB, partido onde muitos dos seus filiados eram acusados de serem comunistas, e por isso perseguidos implacavelmente pelos militares.

A expressão “bravos militares”, usada pelo prefeito municipal e “briosos militares”, usadas no manifesto dos vereadores reproduzem o que a mídia que apoiou o golpe divulgava. Um dos trechos do editorial do jornal *O Globo* defendendo o movimento que derrubou João Goulart parece ter sido uma das fontes inspiradoras do manifesto do prefeito e dos vereadores de Muniz Freire:

SALVOS DA COMUNIZAÇÃO que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Fôrças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os podêres constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles podêres, o Executivo.²¹

Considerações finais

A campanha difamatória contra os comunistas, fortalecida principalmente com a Guerra Fria, quando Estados Unidos e União Soviética se digladiavam ideologicamente, também se fez presente na pequena cidade do sul do Espírito Santo. Em Muniz Freire,

associar o comunismo com tudo que havia de negativo também foi realidade e se fortaleceu na década de 60.

Dos oito vereadores que se posicionaram a favor dos militares após o golpe, cinco pertenciam ao PTB, mostrando que os vereadores locais e o prefeito, que também era do PTB, influenciados pelo discurso anticomunista e pela “revolução”, esqueceram a rivalidade local e não seguiram o próprio partido, optando pelo pragmatismo de apoiar quem havia tomado o poder.

A perseguição contra os “elementos comunistas”, aprovada por grande parte da sociedade local, pelo prefeito e pelos vereadores de Muniz Freire, reforça a tese de que o anticomunismo teve papel preponderante na concretização do golpe de 1964.

Por fim, vale contextualizar que, mesmo alguns políticos do município de Muniz Freire se exaltando na defesa do golpe e na perseguição contra os “comunistas”, o apoio a derrubada do presidente João Goulart não os coloca automaticamente como favoráveis ao regime opressor que se instalou no país após o fatídico 1º de abril de 1964, ainda que os manifestos de apoio aos militares aprovados pelo prefeito e pela Câmara Municipal tenham sido divulgados dias após os primeiros casos de mortes e torturas praticados pela violenta repressão do novo regime.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹ Dados regionais do IBGE. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 30 set. 2015.

² LAZZARO, Agostino; XIBLE, Bella Melotti. *Nella terra dei padroni: Os italianos em Muniz Freire, 1889-1930*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991, p. 19.

³ BAZZARELLA, Carlos Brahim. *A História de Muniz Freire*. Muniz Freire: [s.n], 2003, p. 105.

⁴ ALMEIDA, Amylton de. *Carlos Lindenberg: um estadista e seu tempo*. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p. 6.

⁵ FAVORETO FILHO, Agenor. *Muniz Freire Terra de Gente que Faz História*. Muniz Freire: [s.n], 2011, p. 64.

⁶ BAZZARELLA, op. cit., p. 51.

⁷ Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da 16ª Sessão Ordinária realizada em 20 de outubro de 1962.

⁸ Eleições Anteriores. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.tre-es.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/eleicoes-antecedentes-a-2006>>. Acesso em 22 ago. 2015.

⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estado do Espírito Santo – Recenseamento Geral de 1950. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2015.

¹⁰ OLIVEIRA, Ueber José de. “A Fórmula para o Caos: O Golpe de 64 e a Conspiração Contra o Governador Francisco Lacerda de Aguiar, no Espírito Santo (1964-1966)”. *Revista Crítica Histórica*. Maceió: Ano V, nº 10, p. 86, 2014.

¹¹ FICO, Carlos. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 23-24.

¹² Plebiscitos e Referendos. Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.tre-es.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/plebiscitos-e-referendos>>. Acesso em 22 ago. 2015.

¹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anti-comunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 6.

¹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião”. *Revista Tempo*. Niterói: vol.20, p. 8, 2014.

¹⁵ Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da 7ª Sessão Ordinária realizada em 05 de junho de 1963.

¹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro> Editora FGV, 2006, p. 133-134.

¹⁷ Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da 3ª Sessão Ordinária realizada em 06 de abril de 1964.

¹⁸ Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da 3ª Sessão Ordinária realizada em 06 de abril de 1964.

¹⁹ Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da 5ª Sessão Ordinária realizada em 05 de maio de 1964.

²⁰ Câmara Municipal de Muniz Freire. Ata da 4ª Sessão Ordinária realizada em 20 de abril de 1964.

²¹ Ressurge a democracia! *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 01, 02 abr. 1964. Disponível em:<<http://memoria.oglobo.globo.com/>>. Acesso em 23 ago. 2015.

Recebido em: 19/08/2016

Aprovado em: 07/10/2016